

2.º	PUBLICADO NO D. O. U.
C	De 28/07/1998
C	Stolzenfels
	Rubrica



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 13909.000100/96-15

Acórdão : 203-03.443

Sessão : 16 de setembro de 1997

Recurso : 101.739

Recorrente : ROBERTO GARCIA FILGUEIRAS E OUTRO

Recorrida : DRJ em Curitiba - PR

**PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL – PRAZOS – PEREMPÇÃO -**  
 Recurso voluntário intempestivo, eis que apresentado após decorrido o trintídio legal (intimação em 25.02 e apelo em 03.04.97). **Recurso não conhecido, por perempto.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por:  
 ROBERTO GARCIA FILGUEIRAS E OUTRO.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em não conhecer o recurso, por perempto.** Ausente, justificadamente, o Conselheiro Francisco Sérgio Nalini.

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 1997

Otacílio Dantas Cartaxo  
**Presidente**

Sebastião Borges Taquary

**Relator**

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Ricardo Leite Rodrigues, Francisco Maurício R. de Albuquerque Silva, Daniel Corrêa Homem de Carvalho, Mauro Wasilewski, Renato Scalco Isquierdo e Henrique Pinheiro Torres (Suplente).

sass/CF



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : 13909.000100/96-15  
Acórdão : 203-03.443

Recurso : 101.739  
Recorrente: ROBERTO GARCIA FILGUEIRAS E OUTRO

RELATÓRIO

No dia 26.09.96 o Contribuinte ROBERTO GARCIA FILGUEIRAS E OUTRO apresentou sua impugnação contra a notificação de lançamento do ITR e outros encargos, relativamente ao seu imóvel rural denominado de Fazenda Sítio São Renato I, situado no Município de Santa Mariana - PR, cadastrado no INCRA sob o Código 712 175 002 844 3, com área total de 123,4ha, ao argumento de que houve aumento excessivo do VTN tributado para o exercício de 1995, na ordem de 814% em relação ao exercício de 1994.

A autoridade monocrática, através da Decisão Singular de fls. 08/10, julgou procedente a exigência fiscal, ao fundamento de que a base de cálculo do ITR, no caso, é aquela definida na lei e a contribuição sindical foi exigida na conformidade dos dados apresentados na declaração do contribuinte.

Sem guarda do prazo legal (fls. 11), veio o Recurso Voluntário de fls. 14/15.

A dnota Procuradoria da Fazenda Nacional manifestou-se às fls. 19/23.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 13909.000100/96-15

Acórdão : 203-03.443

**VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR SEBASTIÃO BORGES TAQUARY**

Preliminarmente ao mérito verifico que procede o Termo de Perempção de fls. 12 lavrado pela Agência da Receita Federal em Cornélio Procópio – PR.

De fato, o recorrente foi intimado da decisão de primeiro grau no dia 25.02.97, conforme o “AR” de fls. 11, e só no dia 04.04.97, após 37 dias, interpôs o Recurso de fls. 14, intempestivamente, portanto.

Assim, não conheço do recurso, por perempto.

É como voto.

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 1997

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Sebastião Borges Taquary", is written over a printed name. The printed name "SEBASTIÃO BORGES TAQUARY" is in a bold, uppercase font, with the signature written above it in a cursive style.